

‘ACOLHE MAIS’ Programa oferece consultas psicológicas especialmente voltadas às mulheres que precisam de apoio

Vítimas de violência e mães atípicas contam com teleatendimentos do SUS

MADSON SOUZA

O Ministério da Saúde (MS) passou a oferecer até 100 mil teleatendimentos mensais em saúde mental por meio do programa Acolhe Mais voltado para mulheres em situação de violência e mães (e outras responsáveis) pelo cuidado de crianças atípicas ou com deficiência. A iniciativa visa pessoas como Jiliane Santos, 32, que entre os desafios de criar sua filha Cássia Santos, 11, que sofre de paralisia cerebral, chega a esquecer de si. “Muitas das vezes, a rotina se torna cansativa porque você vai se doar 100% para essa criança e acaba esquecendo que você existe, você fica muito de lado”, conta.

O serviço, lançado no dia 24 de agosto, oferta atendimento por psicólogas mulheres que foram capacitadas pelo MS para fazer uma escuta sensível e serem capazes de identificar situações de risco. As mulheres são as responsáveis por 75% do trabalho de cuidado não remunerado no mundo, conforme levantamento da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Para ter acesso ao atendimento é preciso entrar no aplicativo ‘Meu SUS Digital’, com a conta gov.br. Já na plataforma, a pessoa deve clicar em “Miniapps” e selecionar “Acolhe Mais + - Agora Tem Especialistas em Saúde Mental para Mulheres”.

A interessada será direcionada para o AgSUS, em que fará seu cadastro e vai indicar se seu caso é correspondente a violência ou ao papel de cuidadora. Em até 24 horas, essa pessoa vai ser contactada para que escolha o dia e horário de sua consulta. O teleatendimento es-

tá disponível de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, e aos sábados, das 8h às 14h. Cada usuário pode realizar até 10 sessões e outro ciclo pode ser iniciado quando houver necessidade.

A pessoa pode ser encaminhada, ao final das sessões, para dar continuidade ao atendimento em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) ou em outro serviço da rede. Já nas situações de risco, a mulher será orientada a procurar os canais de emergência, como o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) ou a Polícia Militar, pelo 190.

‘Sem sair de casa’

Para Jiliane Santos, o programa é uma oportunidade importante para mães e cuidadoras pela possibilidade de realizar o atendimento em casa. A própria Jiliane, por exemplo, já utilizou o teleatendimento psicológico durante quatro anos e relata que o acompanhamento foi importante durante períodos de depressão.

“Muitas das vezes essa mãe não tem como sair pra ser atendida, não tem com quem deixar essa criança, então o teleatendimento pode ajudar muito como fez comigo”, afirma a mãe de Cássia.

A coordenadora da ONG Abraço à Microcefalia, Andrea Moraes, destaca a questão da sobrecarga emocional como recorrente entre as famílias atendidas pela instituição. Ela explica que desde a gravidez, passando pela gestação até a própria maternidade elas enfrentam uma série de desafios todos os dias e que impactam severamente em suas vidas e em saúde mental.

“O atendimento clínico é



Ana Albuquerque / Ag. A TARDE

Atendimento de famílias atípicas no ‘Meu SUS Digital’ oferece resposta até 24 horas após o cadastro

algo que elas precisam, inclusive com continuidade, por conta das questões ligadas à saúde mental, sofrimento, desespero”, comenta.

Já com relação às mulheres em situação de violência o sofrimento psicológico tende a aparecer associado ao histórico de agressões.

Na ONG Direito de Viver, a coordenadora Quele Ribeiro conta que são frequentes os casos de ansiedade, tristeza, baixa autoestima, sentimento de culpa, dificuldade para dormir e isolamento social entre as mulheres atendidas. Através da escuta e acolhimento, elas realizam o trabalho de orientar essas mulheres sobre seus direitos e auxiliam caso haja necessidade de encaminhamento para a rede de pro-

teção.

“No nosso olhar, o Acolhe Mais é uma iniciativa importante porque amplia o acesso à saúde mental, justamente para as mulheres que muitas vezes enfrentam dificuldade para sair de casa, falta de recurso, distância do serviço ou até medo de procurar um atendimento presencial”, indica Quele.

Atendimentos do programa estão disponíveis de segunda a sábado

Contudo ela reforça a importância desse atenção como uma porta de entrada para ampliação e encaminhamento para o cuidado.

Direitos desconhecidos

Além da questão do atendimento psicológico, a mãe atípica e advogada Sabrina Batista Freire, especialista em direito público e direito da saúde, ressalta a importância do acesso a direitos para essa população.

Ela explica que muitas famílias responsáveis por pessoas atípicas não sabem sobre seus direitos e muitas vezes ainda precisam recorrer à Justiça para ter acesso a eles. A Lei nº 8.112/1990, por exemplo, prevê horário especial aos servidores federais, estaduais e municipais, que possuem família-

res ou cônjuges com deficiência - mediante comprovação da necessidade.

Outras normas tratam sobre a prioridade para o teletrabalho - quando a atividade permitir -, ou obrigação de escolas particulares cumprirem medidas de inclusão sem cobrança adicional. Há ainda o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas com deficiência de famílias que atendam aos critérios previstos na legislação.

“Muitas famílias chegam ao Judiciário não em busca de privilégios, mas para tornar efetivo um direito que já existe”, afirma Sabrina. Ela reforça que a fragmentação da legislação pode dificultar o conhecimento e a efetivação das garantias para essa população.

PROJETO DE LEI

Especialistas criticam estudo que embasará PDDU de Salvador

JACKSON SOUZA

Especialistas em urbanismo, órgãos de fiscalização e controle, estudantes e membros da sociedade civil, avaliaram ontem, na sede do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), no bairro de Nazaré, o estudo que servirá como base para a elaboração do projeto de lei para revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) e da Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo (Louos) de Salvador, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Promovido pelo Observatório do PDDU de Salvador, o encontro apontou lacunas e inconsistências no documento, visto como “deficiente” por falta de embasamento analítico, além de desatualizações, que afetam no resultado final.

Chamado de Leitura Territorial Consolidada, o documento deveria ter sido debatido durante audiência pública promovida pela Prefeitura em 30 junho deste ano, mas naquele momento, ainda não havia sido disponibilizado publicamente.

“A deficiência dos estudos, feitos pela FGV, decorre da falta de uma análise mesmo, eles não são analíticos, apenas juntam tudo o que existe e botam um clipe e não vê nossos desafios, nossos pro-

blemas e nossas potencialidades. E associado a isso, a gente tem uma falha grave, porque a gente não tem estudo de campo”, aponta a promotora de Justiça Hortênsia Pinho, coordenadora do Observatório do PDDU.

A promotora ainda enfatiza um ponto sensível, a desatualização dos dados usados, de ocupação do solo, do ano de 2002. Entre uma aferição e outra, do Censo 2000 e 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, houve crescimento de quase 32% no número de domicílios na cidade, que passou de 651 mil para 858 mil.

Defasado

“Em Salvador, em 2002, a gente fez um estudo da ocupação do solo (...) e nós não atualizamos de 2002 para cá; são mais de 20 anos. E aí a gente vai fazer o plano diretor de 2026 com o estudo de uso e ordenamento do solo de 2002. Em função dessa falta de estudos técnicos atualizados, estudos de campo, é que a gente tem tanta deficiência nos resultados dos trabalhos apresentados pela consultoria da FGV, que tem uma excelência, uma experiência, mas que nesse caso, de Salvador, tem falha do muito em relação à qualidade dos trabalhos apresentados”, afirma.

Logo no início da tarde, as

atividades foram iniciadas com a palestra por videoconferência da arquiteta e urbanista Maria Fernandes Caldas, especialista em desenvolvimento urbano da ONU-Habitat, que esteve à frente da Secretaria de Política Urbana de Belo Horizonte durante o último processo de revisão do PDDU da capital mineira. Ao final, foi lançado o livro “Salvador em crise: desafios urbanos contemporâneos”, com curadoria de Débora Nunes, João Pena e Ordep Serra, além da promotora de Justiça Hortênsia Pinho.

Participaram ainda, entre outros, representantes da Defensoria Pública do Estado (DPE-BA), vereadores e pesquisadores da Universidade Federal da Bahia (Ufba), como os professores Fábio Velame, que tratou do conceito de cidade antirracista, e Tereza Moura, que falou de conforto climático. A professora de pós-graduação em arquitetura e urbanismo Angela Gordilho, que discutiu a questão habitacional soteropolitana, classificou o documento como “inócuo”.

“O que eu sinto falta é exatamente de visualizar (...) que cidade é essa que esses estudos da FGV estão apontando, que Salvador é essa; é uma Salvador de desenvolvimento econômico, é uma



Ana Albuquerque / Ag. A TARDE

Observatório do PDDU de Salvador reuniu especialistas, ontem, na sede do MPBA

Encontro apontou lacunas e inconsistências no documento, visto como desatualizado e ‘deficiente’, por falta de embasamento analítico

Salvador de desenvolvimento social-econômico, é uma Salvador do desenvolvimento econômico-cultural? Pelas coisas que li, às vezes é uma, às vezes é outra, e esse é um aspecto”, disse.

A especialista destacou ainda a questão da melhoria dos bairros, que segundo ela não se faz com força policial.

PDDU a cada 10 anos

Tanto o PDDU quanto o Louos são leis tratam do ordenamento da cidade, direcionam como podem e devem ser as construções e o uso do solo nos municípios,

e passam por atualizações a cada ciclo de 10 anos, como se estuda agora, visando a manutenção mais atualizada.

Em Salvador, as duas leis 9.069 (PDDU) e 9.148 (Louos) são de 2016. Restam apenas duas audiências públicas para discutir o assunto, o que na visão dos especialistas presentes no evento, é pouco, dada a baixa participação da população – somente 187 pessoas – nos encontros que já ocorreram até o momento, diante da importância do assunto para a vida de todos os residentes no município.